

EDIANE CRISTINE CORREA DORTA RA: 0611534

STEFANIE FERREIRA BRANDÃO RA: 6908

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Campo Limpo Paulista

2009

EDIANE CRISTINE CORREA DORTA RA: 0611534
STEFANIE FERREIRA BRANDÃO RA: 6908

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Monografia apresentada como exigência para aprovação no Trabalho de Conclusão de curso (TCC) do curso de pedagogia da FACCAMP, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Roberto Campos.

Campo Limpo Paulista

2009

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nota do professor orientador: _____

Nota do professor Avaliador: _____

Nota final: _____

Data:

_____/_____/2009.

A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

Paulo Freire

Dedico esse trabalho primeiramente á Deus, aos meus pais, Luiz e Nazaré, meu namorado Leandro, irmãos, Edilaine, Edimara, Edvanderson e Edwander, os sobrinhos Guilherme e Arthur e as minhas amigas acadêmicas: Stefanie, Juliana, Taís e Michele, por ter ajudado nestes três anos de convivência e companheirismo.

Ediane Cristiane Correa Dorta.

Dedico este trabalho ao Senhor Jesus, por ter me ajudado em todos os sentidos e as minhas amigas para realização desse trabalho tão importante em minha vida.

Stéfanie Ferreira Brandão.

Agradeço,

Ao professor Fernando Roberto Campos, por ter nos instruídos em nosso trabalho, pela sua dedicação e preocupação para fazermos um bom trabalho acadêmico.

Aos nossos namorados Diego e Leandro, por ter tido paciência nas horas que estávamos ausentes, por ter nos apoiados nos momentos difíceis em nosso trabalho acadêmico.

A nossos pais por ter nos sustentados em todas as áreas: emocionais e financeiras.

Resumo

Sabemos que, as pessoas com Deficiência Intelectual ainda enfrentam forte preconceito e discriminação através da incompreensão do olhar social. O presente trabalho visou fundamentar a Deficiência Intelectual, em relação à Educação Inclusiva, visto que, é um processo que amplia a participação de todos os estudantes no ensino regular, partindo de uma reestruturação cultural, das práticas e das políticas vivenciadas nas escolas, valorizando a diversidade do aluno. Assim, constituíram-se objetivos deste estudo: relatar, de maneira ampla a Deficiência Intelectual; compreender o desenvolvimento psicológico e educacional do sujeito com Deficiência Intelectual, buscar medidas oportunizadoras para que este sujeito alcance sua autonomia, na atuação em contexto escolar, familiar e social. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, de caráter descritivo. O Deficiente Intelectual deve ser visto como ser único, e ser respeitado em suas limitações e ritmo, para desenvolvimento da sua autonomia. Nessa perspectiva educacional faz-se urgente garantir ao Deficiente Intelectual o direito à comunicação e à participação no processo ensino-aprendizagem, através de situações dialógicas entre professor, aluno e família. Para a realização efetiva da prática pedagógica frente à Deficiência Intelectual é fundamental se buscar mediadas oportunizadoras dentro do contexto escolar, a fim de subsidiar esta prática. É importante que o professor, ao receber um aluno com Deficiência Intelectual na sala de aula, esteja preparado e tenha informações necessárias para que haja uma inclusão integral e, para que seu trabalho junto a esse aluno alcance resultado positivo. Concluindo, acreditamos que, em benefício do aluno com Deficiência Intelectual, se faz necessário um trabalho em conjunto e abrangendo-o na sua totalidade.

Palavras chaves: Educação Inclusiva; deficiência intelectual; Educação Infantil; Formação de professores.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1: HISTÓRICO DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, SUAS DEFINIÇÕES E SEU DIAGNOSTICO	12
1.1 HISTÓRICO	12
1.2 DEFINIÇÕES DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	15
1.3 DIAGNÓSTICO DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	18
CAPÍTULO 2: PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA INCLUSÃO DO DEFICIENTE INTELECTUAL	20
2.1 PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA INCLUSÃO DO DEFICIENTE INTELECTUAL	20
2.2 LEGISLAÇÃO	23
2.3 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA ATUAÇÃO COM O DEFICIENTE INTELECTUAL	26
2.4 PESQUISA DE CAMPO – PROPOSTA ARTICULADA	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41

Introdução

O presente trabalho surgiu da idéia de realizar um estudo sobre a Deficiência Intelectual, em relação à Educação Inclusiva, visto que é um processo que amplia a participação de todos os estudantes no ensino regular, partindo de uma reestruturação cultural, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas, valorizando a diversidade do aluno.

Receber a criança com Deficiência Intelectual, na classe regular, possibilitará a comunidade conhecer suas reais limitações, conduzindo-a a uma participação consciente e efetiva no lar, na escola e na sociedade, contribuindo ainda, para destruir conceitos errôneos que existem sobre a Deficiência Intelectual.

Quando se promove o respeito mútuo entre aluno-professor-escola-família, permite-se melhor interação na relação ensino-aprendizagem o que, conseqüentemente, propiciará o crescimento, a realização, o desenvolvimento das habilidades do aluno, estabelecendo a autonomia.

Ao escolher este tema iniciamos uma pesquisa bibliográfica para compreensão da Deficiência Intelectual e do processo de desenvolvimento em torno do seu contexto social, além de, entender os elementos históricos que permeiam a realidade da pessoa com essa característica, pois, a prioridade a educação tem que superar os preconceitos e aceitar as dificuldades e especificidades de cada pessoa.

O ser humano se constrói buscando desenvolver suas possibilidades através de todas as experiências sociais, afetivas ou cognitivas, globalmente. Portanto, cada criança tem seu potencial de maneira singular, com sua forma particular de organizar e estruturar o conhecimento, alcançando níveis diferenciados de desenvolvimento em ritmo e tempo próprios.

Hoje os professores têm se manifestado otimistas, quando o assunto é “inclusão”, está realizando uma experiência satisfatória.

Neste contexto é importante ressaltar que o papel da família é fundamental, visto que, este é necessário para que o processo aconteça, de forma adequada às necessidades do sujeito deficiente, em sua construção sócio-histórica.

A partir de escolha deste tema, faz-se necessário conhecer as concepções que permeiam as práticas inclusivas do deficiente intelectual, na sociedade contemporânea.

Respeitando a especialidade da pessoa com Deficiência Intelectual, sabe-se que esta ainda sofre com a falta de oportunidades que favoreçam suas características diferenciadas, a realidade vivenciada poderia ser outra, uma educação de qualidade para todos, assim a escola estaria preparada para receber estas crianças, no ensino regular sabendo lidar com a situação, com uma preparação específica dos profissionais de educação com a Educação Inclusiva.

Por ser de importante relevância social, buscou-se com esse trabalho compreender a construção do sujeito numa perspectiva sócio-histórica e sua inclusão no regular.

Desde 1971 é direito constitucional de o deficiente intelectual gozar no máximo de grau possível os mesmos direitos dos demais seres humanos. (Art.1 Res. ONU 2.896.20/12/71).

Este é o desafio que o deficiente intelectual tem a enfrentar, ou seja, o sujeito não deve ficar a margem da sociedade. Portanto, cabe a ela aceitar as diferenças, respeitando a singularidade de cada um.

A Declaração de Salamanca de 1994 reafirma que, as escolas devem receber este aluno especial, incondicionalmente, pelo compromisso da educação para todos, e cabe a nós como futuras educadoras, buscar os caminhos para essa conquista!

Esta pesquisa utilizou como metodologia de trabalho a pesquisa bibliográfica, fazendo uso de livros, artigos em revistas, internet, dissertação, e a

pesquisa de campo; entrevistas, observação, questionário e documento oficiais e leis que tratam da inclusão no Brasil.

CAPÍTULO I: HISTÓRICO DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, SUAS DEFINIÇÕES E SEU DIAGNÓSTICO.

1.1 HISTÓRICO

Atualmente, sabe-se que a discriminação que enfrentam as pessoas com a Deficiência Intelectual são decorrentes a um processo histórico.

Partindo desse pressuposto, a fim de compreender este fato, faremos um breve resumo da Deficiência intelectual, ao longo da história.

Durante muitos séculos, os deficientes mentais foram confundidos todos como “anormais da razão”, e por muitas vezes considerados possuídos pelo “demônio”, gerando temor e confusão perante a sociedade. A condição de inclusão social persiste ainda hoje, mas de forma ambígua e sem ser completamente assumida.

Com o Cristianismo, o deficiente intelectual “ganhou alma” e passou a se considerar que ele iluminado, como até então. Graças ao cristianismo, os deficientes foram acolhidos em asilos, ou melhor, de caridade onde era denominado.

No século XIII, na Bélgica, surgiu a primeira instituição para abrigar os deficientes mentais. Posteriormente, foi criada uma Lei defendendo o direito à sobrevivência dos deficientes mentais, capazes de contribuir, financeiramente, com a coroa. Nessa mesma época surgiu uma diferenciação jurídica entre deficientes mentais e doentes mentais.

Além do direito à alma, surgiram, com o Cristianismo, interpretações diversas acerca da natureza das deficiências, gerando diferentes formas de tratamento. Por um lado, havia quem concebesse a deficiência como uma escolha divina dos abençoados, responsáveis por pagar pelos males da humanidade, dignos de caridade. Por outro lado, havia os que

compreendiam a deficiência como castigo a ser pago por alguns, por isso, nada mais justo que isolamento ...o deficiente tornou-se merecedor de condições de sobrevivência, não só por ter alma e status de ser humano e de criatura de Deus, como também por ter bens e direitos de herança (DE CARLO, 199, p. 17).

A partir de 1567 uma nova visão acerca da deficiência mental começou a surgir, com Paracelso, médico, que pensa, pela primeira vez, a deficiência como problema médico e não teólogo ou moral. Define, então, o deficiente mental como doente ou vítima de forças sobre-humanas, ambos os casos merecedores de atenção médica. As perspectivas históricas levam em conta a evolução do pensamento á cerca das necessidades especiais do deficiente.

Com John Locke, em 1690, ocorreu uma grande revolução. Ele desenvolveu uma teoria pedagógica para atendimento do deficiente, até então, visto como quase incapaz. Considerou o deficiente mental como carente de experiências sensoriais ou “Tábua Rasa”, valorizando uma didática especial para atendimento da deficiência. Essa teoria, valiou a capacidade cognitiva de aprendizagem do homem, que nasce vazio e vai se desenvolvendo, á medida que tem contato com as informações.

DE CARLO utiliza-se das contribuições de PESSOTI (1984) para afirmar: “Daí que a deficiência era entendida, não como lesão irreversível, mas como “estado”, de carência de idéias e operações intelectuais semelhante ao recém-nascido “(PESSOTTI, 1984, p.22)”.

Mais tarde, em 1746, essa teoria, extremamente inovadora, foi considerada e valorizada,, quando estudada por Condillac. Ele desenvolveu uma didática especial para atendimento dos deficientes, a partir da didática da educação infantil. Pra formular sua teoria criou como símbolo a estátua. Esta simbolizava o ser como “TABUA RASA”, capaz de Ter sensações, mas, ainda sem conhecimento do mundo. Define os conhecimentos como elaboração da mente. Embora relatado como um caso médico pode-se dizer que, o trabalho de Itard (1774-1838) com o selvagem de Aryron, constitui-se

um dos princípios dos primeiros documentos representativos da busca de uma teoria de avaliação e de uma didática para deficientes mentais.

Em 1959, em estudos para implementação de serviços de atendimento a excepcionais na Dinamarca, Mikkehsen (1978) colocou como objetivo de todo serviço da Educação Especial, a criação de condições de vida para a pessoa retardada mental, de forma semelhante, tanto quanto possível, às condições normais da sociedade em que ela vive (CARVALHO,2000).

Esse foi o fundamento filosófico do princípio da Normalização de 1970, gerou muita discussão e divergências, mas também, novos conhecimentos, que foram influenciando a organização de serviços e metodologias de ensino, opondo-se às tendências segregativas da época.

Segundo DE CARLO:

“Nas primeiras décadas do século XX, havia Estados que determinavam a intervenção de deficientes em instituições psiquiátricas e foram criadas instituições escolares anexas a hospitais psiquiátricos, onde eram atendidas crianças gravemente prejudicadas junto a adultos loucos, todos segregados socialmente” (DE CARLO, 1999, P. 26).

Carlo (1999) afirma que durante o século 19 Langdon Down apresentou, em 1866, uma entidade clínica conhecida universalmente sob o nome de “mongolismo”. A caracterização da Síndrome de Down ocorreu, não pela constatação das alterações cromossômicas, mas por que o referido investigador, baseado na idéia da hierarquização das raças (onde, “naturalmente”, a raça branca era mais evoluída), acreditava que um mongólico (termo inspirado pelo aspecto “asiático” de seu rosto) seria um sujeito racialmente degenerado, que havia regredido às características morfológicas de raça mais primitiva.

De acordo Carlo (1999) o saber médico adquiriu o poder de diagnóstico e classificação dos indivíduos, identificando-os como “normais” ou “anormais”. Para proceder ao isolamento entre “bons” e “maus” (CARLO 1999, P.28).

Mas AMIRALIAN 1986 afirma, a classificação dos retardados mentais inclui vários fatores: o nível de desempenho alcançado, medido por testes gerais de inteligência, as possibilidades. (AMERALIAN, 1986, P.17).

CARLO (1999) afirma que, a cultura provoca uma reelaboração da conduta natural da criança e um redirecionamento ao curso do desenvolvimento humano, sob novas condições e sobre fundamentos. (CARLO, 199, P. 65).

Já AMERALIAN (1986) descreve que os indivíduos excepcionais são isolados ou tratados de forma diferente em suas relações interpessoais. (AMIRILIAN, 1986, P.40).

Esses autores abordam maneiras diferentes de como são tratados seja na área social, interpessoal e educativa o deficiente em si, mas com objetivo de supostamente beneficiar seu desenvolvimento, dando a família uma certa esperança que ela possa a ser útil um dia.

O capítulo seguinte abordará definições da Deficiência Intelectual e o seu diagnóstico, visando uma melhor compreensão do tema desenvolvido nesta pesquisa.

1.2 DEFINIÇÕES DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Pode-se constatar uma ampliação de termos que designam pessoas com Deficiência Intelectual, ou seja, muitas denominações, definições e expressões são apresentadas. Saud, Kuczynski, Ferraz utiliza-se das contribuições de Assumpção Júnior, para afirmar que “o Deficiente Mental” surgiu em 1939, no congresso de Genebra e, tinha-se como objetivo padronizar, mundialmente, a denominação desta deficiência, extinguindo-se,

a palavra” anormal” que era utilizada para referir aos portadores de algum distúrbio mental.

Porém, ao definir a Deficiência Mental é importante saber que não se trata de uma condição única, mas sim, de um complexo conjunto de síndromes das mais variadas etiologias. Portanto, o termo deficiente mental pode estar relacionado a diversas causas, envolvendo aspectos biológicos e sociais.

Segundo AMIRALIAN:

Deficiência Mental é o nome dado á caracterização dos problemas que ocorrem no cérebro, levando a um baixo rendimento cognitivo, essa deficiência faz com que as funções intelectuais se situem abaixo dos padrões considerados normais para idade da criança, podendo então, apresentar dificuldades no desenvolvimento e comportamento adaptativo. Entretanto, para o autor, o deficiente mental não tem a percepção de si mesmo e da realidade alteradas, sendo portanto, capaz de decidir o que é o melhor para ele. (AMIRALIAN, 1986)

Segundo DE CARLO:

É a sociedade quem cria os capazes. Enquanto a maior parte das deficiências é produto do nascimento e acidentes, o impacto debilitante na vida das pessoas, freqüentemente não é resultado tanto da “deficiência”, quanto da forma como os outros definem ou tratam o indivíduo. Encarceremos centenas de milhares de pessoas com necessidades especiais em instituições de custódia; mesmo aqueles ofortunados o bastante para receber serviços na comunidade em geral encontram-se em ambientes segregadores e, conseqüentemente, estigmatizantes, tais como, associações de apoio e escolas especiais. Estes meios estereotipados de servir as pessoas com necessidades especiais, através da institucionalização e do isolamento, refletem de que, os indivíduos com deficiência não tem interesse ou habilidade para interagir com a sociedade mais ampla. (Carlo, 1999).

Segundo o conceito adotado pela AMMR (AMERICANA DE DEFICIÊNCIA MENTAL), a deficiência Mental reflete um funcionamento intelectual, significativo abaixo da média, coexistindo com limitações relativas a duas ou mais das seguintes áreas de habilidades adaptativas: comunicação, autocuidado, habilidades sociais, participação familiar e comunitária, autonomia, saúde e segurança, funcionalidade acadêmica, de

lazer e trabalho. Manifesta-se antes dos dezoito anos de idade.(DE CARLO,1999).

O termo "excepcional" foi utilizado nas décadas de 50, 60, 70 para designar pessoas deficientes mentais. Com o surgimento de estudos e práticas educacionais, nas décadas de 80 e 90, a respeito de altas habilidades ou talentos extraordinários, o termo "excepcional" passou a referir-se, tanto a pessoas com inteligências múltiplas acima da média (pessoas superdotadas ou com altas habilidades), quanto, a pessoas com inteligência lógica-matemática abaixo da média (pessoas com deficiência mental) daí surgindo, respectivamente, os termos excepcionais positivos e excepcionais negativos, de raríssimo uso.

AMIRILIAN (1986) refere que, a nova classificação da Deficiência Mental, baseada no conceito publicado em 1992 pela Associação Americana de Deficiência Mental, considerada esse distúrbio não mais como um traço absoluto da pessoa que a tem, e sim, adaptar-se às necessidades especiais dessa pessoa, promovendo-lhe, o apoio intermitente, limitado, extensivo ou permanente de que ela necessita.

O termo Deficiência Mental tem sido considerado inadequado, pois o mesmo leva consigo uma carga negativa, depreciativa da pessoa, fato que, ao longo dos anos vem se tornando, cada vez mais, rejeitado pelos especialistas da área e, em especial, pelos próprios sujeitos com deficiência. Atualmente, o indicativo é considerado como inapropriado, promovendo o preconceito, em detrimento do respeito ao valor integrado do sujeito.

Em 2002, houve uma modificação no termo Deficiência Mental, passado a ser denominada Deficiência Intelectual, sem especificar nível de comprometimento.

1.3 DIAGNÓSTICO DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Apesar dos avanços recentes da Medicina, ainda não foi possível estabelecer com clareza a causa da Deficiência Intelectual.

Confirmando isso Mazzotta afirma:

O diagnóstico da Deficiência Intelectual é, muitas vezes difícil, pois, numerosos fatores tais como, emocionais, atrasos específicos de linguagem, dificuldades de relacionamento social, entre outros, podem levar a um diagnóstico de Deficiência Intelectual, sem que ela necessariamente exista. Assim, um baixo de QI (coeficiente intelectual), não é suficiente para diagnosticar essa deficiência (MAZZOTTA, 1986).

Os indivíduos com deficiência, geralmente necessitam de atendimento especializado, seja para fins terapêuticos, seja para que possam aprender a lidar com a deficiência e desenvolver as potencialidades.

Afirma AMIRLIAN:

Pessoas com necessidades especiais, anteriormente já denominadas excepcionais ou deficientes, necessitam de atendimento multiprofissional (incluindo: médico, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, psicólogo, pedagogo entre outros) a fim de minimizar os problemas decorrentes da deficiência. Quanto mais cedo houver um diagnóstico e, mais precoce for a intervenção, melhores serão os resultados e menores os problemas. As técnicas exercidas por diversos profissionais de reabilitação e puericultura, para identificar precocemente as lesões e intervir, constituem a Avaliação do Desenvolvimento e Estimulação Precoce (AMIRILIAN, 1986).

Segundo Sayad, Kuczynski, Ferraz, os aspectos da Deficiência Intelectual possuem diferentes fatores biológicos, que podem ser:

- Pré – natais: que incidem desde a concepção do bebê até o início do trabalho de parto, sendo exemplos desse fator: a desnutrição materna, a má assistência médica a gestantes, a sífilis, rubéola, toxoplasmose na mãe, efeitos colaterais de medicamentos teratogênicos (que afetam a estrutura e desenvolvimento da anatomia do bebê), alterações no metabolismo (como a fenilcetonúria, a síndrome de Williams e a esclerose tuberosa).
- Peri – natais: que agem do início do trabalho de parto até 30º dia de vida do bebê e, são exemplos desses fatores: traumas de parto, oxigenação cerebral insuficiente, prematuridade e incompatibilidade sanguínea entre mãe e filho devido á presença do fator RH em apenas um dos dois.
- Pós – natais: que atuam do 30º dia de vida do bebê até o final da adolescência e, estimulação global e infecções como, meningoencefalite grave, carência de estimulações global e infecções como, meningoencefalite, o sarampo, e também, o envenenamento por produtos químicos e a neurocistiarrose.

No próximo capítulo será abordado às práticas Educativas para Inclusão do deficiente Intectual.

CAPÍTULO 2: PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA A INCLUSÃO DO DEFICIENTE INTELECTUAL

2.1 PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA A INCLUSÃO DO DEFICIENTE INTELECTUAL

Monteiro, Toledo e Matsuoka,(2003) utilizam se das contribuições de Carvalho (2000), historicamente, a educação especial tem sido considerada como a educação de pessoas com deficiência, seja ela, intelectual, auditiva, motora, física, múltipla ou decorrente de distúrbios evasivos do desenvolvimento, além das pessoas superdotadas que, também tem integrado o alunado da educação especial.

Segundo o modelo clínico, os que apresentam alterações orgânicas são considerados, estatisticamente como desviantes e, socialmente estão percebidos como enfermos os incapazes. Neste sentido, a deficiência se confunde com a patologia e as limitações que ele decorrem, são tidas como impedimento para ser “uma pessoa” em sociedade.

Concordamos com a autora, 2003, p. 78, quando afirma; utilizando contribuições de Carvalho, 2000, p. 17

Especiais devem ser consideradas, as alternativas educativas que a escola precisa organizar, para que qualquer aluno tenha sucesso; deve ser os procedimentos de ensino; especiais devem ser as estratégias, que a prática educativa deve assumir para remover barreiras para a aprendizagem. Não se trata de negar que alguns alunos apresentem diferenças individuais mais acentuadas, mas a diferença não é uma peculiaridade das pessoas com deficiência ou das superdotadas. Todos somos absolutamente diferentes uns dos outros, e de nós mesmos, á medida que crescemos e nos desenvolvemos. Somos todos especiais. (Carvalho, 2000, p. 17)

Sendo assim, o desafio é conscientizar a sociedade que, as limitações impostas pelas múltiplas manifestações de deficiência, não devem ser confundidas como impedimento, elas tem origem na própria

sociedade, em suas normas e nos estereótipos que cria, prejudicando o desenvolvimento individual, que depende das intervenções com os outros.

A prática da Educação Inclusiva, na realidade brasileira, convive com dificuldades, como o despreparo do sistema regular de ensino para atuar no processo e resistência da comunidade escolar na aceitação dos alunos, bem como fatores diversos de natureza familiar, institucional e sociocultural. Dificuldade maior ocorre quando a escola não permite o acesso do aluno às situações educacionais comuns propostas para os demais colegas, considerando-lhes apropriados apenas os atendimentos especializados. (Monteiro, Toledo e Matsuoka, 2003, p. 77)

Monteiro, Toledo e Matsuoka, chamam a atenção para refletir e buscar mudanças para que a inclusão social de fato ocorra, aceitando as diferenças individuais; valorizando a contribuição de cada pessoa; valorizando a contribuição de cada pessoa; fazendo com que a aprendizagem se dê através da cooperação e garantindo a convivência dentro da diversidade humana são práticas realmente pouco difundidas e idéias relativamente recentes para a maioria das pessoas se pensarmos na história da humanidade. É desafiador propor esse processo de mudança de mentalidade, que a princípio nos parece tão complexo.

Os autores também utilizam as contribuições de Sasaki, 1997, p. 127 que afirmam:

“A inclusão social, portanto é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliários e meios de transporte), nos procedimentos técnicos e na mentalidade de todas as pessoas, portanto no próprio portador de necessidades especiais.”

Os autores utilizam as contribuições de Carvalho, 2000, p.149 que afirmam:

Uma política educativa inclusiva pressupõe a identificação de todas as formas de exclusão/segregação, adotadas no sistema, para que um conjunto, gestores, educadores, alunos, comunidade, família, formem parcerias para a construção de um Projeto Político Pedagógico, que busque formas de colaboração a fim de permitir o enfrentamento dos obstáculos que estejam interferindo na aprendizagem de qualquer aluno. Havendo igualdade de oportunidades todos poderão ser incluídos na experiência de aprender, aprender a pensar e aprender a fazer.

Um fator importante na remoção das barreiras para a aprendizagem é conhecer as características do aluno (o que não deve ser difundido como

diagnóstico, segregando-o) bem como, as características do contexto no qual o processo ensino-aprendizagem ocorre, sendo fundamental analisar as atitudes dos professores frente ao seu papel, que é político, pois não é neutro, e também pedagógico.

Na sala de aula, os desafios podem ser enfrentados e superados graças á criatividade e a vontade dos professores, quando esse se percebe como profissional da aprendizagem em vez do tradicional professor de ensino, pois o favorecimento da aprendizagem de qualquer aluno implica, para o professor, saber o que é o processo de aprendizagem e como ele se dá. Professores que se identificam como profissionais da aprendizagem transformam suas salas de aula em espaços prazerosos, onde todos são cúmplices de uma aventura e o clima das atividades propicia ações comunicativas entre os alunos.

Dentre as inúmeras mudanças que se espera para a remoção das barreiras em sala de aula, é fundamental que a preleção seja substituída por estratégias mais participativas como o trabalho em grupo, favorecendo das trocas de experiências e da cooperação entre seus integrantes. Outra atitude do professor é conhecer os interesses de seus alunos, sendo preciso estimular sua própria escuta, criando diariamente, um tempo para ouvir os alunos, reconhecendo suas falas, o que servirá como motivação.

Os autores VARGA, DE SOUZA e FOGAÇA, utilizam as contribuições de MENDES, 2003, p.09 que afirmam:

“A escola inclusiva requer a efetivação de currículos adequados (adaptados ou modificados, quando necessário) é uma prática pedagógica flexível com arranjos e adaptações que favoreçam tanto o bom aproveitamento quanto o ajuste sócio-educacional do indivíduo com necessidades educacionais especiais”.

Os autores VARGA, DE SOUZA e FOGAÇA, utilizam as contribuições de KUNC, 1992, p.09 que afirmam:

“O principio fundamental da Educação Inclusiva é a valorização da diversidade dentro da comunidade humana. Quando a Educação Inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a idéia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo”

O desejado seria uma escola aberta a diversidade, consciente de suas de suas funções sócio-políticas, em uma sintonizada com valores democráticos.

2.2 Legislação

Relatando as práticas educativas para a inclusão dos alunos com necessidades especiais de acordo com a LDB.

A Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20/12/1996, estabelece em seu Artigo 2º, que “A Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Em seu Artigo 4º, inciso III, estabelece que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado gratuitos aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.”

No capítulo V, em seu Artigo 58, diz que “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.”

Em seu parágrafo 1º, diz que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.”

Já em seu Artigo 59, estabelece que “os sistemas de ensino assegurarão, aos educandos com necessidades especiais:

I-currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as necessidades.”

Explicitando novamente, com clareza, a opção do País pela construção de um sistema educacional inclusivo, o Ministro da Educação

homologou, em 15 de agosto de 2001, a Resolução do Conselho Nacional de Educação que instituiu as “Diretrizes Nacionais da Educação especial, na Educação básica, em todas suas etapas e modalidades.”

Elas estabelecem, conforme se constata em seu Artigo 1º, “... as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na educação básica, em todas suas etapas e modalidades”.

Assim estabelece, em seu artigo 2º, que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas se organizar-se para o atendimento dos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”.

Define ainda em seu Artigo 3º, que “Por educação especial, modalidade de educação escolar, entende-se um processo educacional definindo uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentem necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.”

Em seu parágrafo único, o Artigo 3º define que “Os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, material e financeiros que viabilizem e dêem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva.”

Assim, os nortes institucionais encontram-se postos. Apresenta-se, então, perante todos nós a tarefa de prosseguir-los e realizá-los.

No esforço de estabelecer às regulamentações, bem como no desejo de contribuir com a transformação da realidade, muitos já reiniciaram ações

para a construção de um sistema educacional inclusivo. Temos recebido inúmeras manifestações do País todo.

A maioria dos professores vê a busca da transformação do sistema educacional brasileiro como um projeto válido, socialmente justo e necessário.

De acordo com a declaração de Salamanca, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembléia aqui em Salamanca, Espanha em cooperação com a UNESCO, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o compromisso com a Educação para todos reconhecendo as necessidades e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados. Seu objetivo é informar sobre políticas e guias ações governamentais, de organizações internacionais ou agências nacionais de auxílio, organizações não-governamentais e outras instituições na implementação da Declaração de Salamanca sobre princípios, Políticas e práticas em Educação Especial.

O princípio que orienta esta estrutura é o que as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minoria lingüísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos de desvantajados ou marginalizados. O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz a respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança é capaz de bem - sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuem desvantagens severas.

2.3 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A ATUAÇÃO COM O DEFICIENTE INTELECTUAL

Quando se fala sobre a inclusão do aluno deficiente na rede regular de ensino é comum ouvir dos professores: “a inserção do aluno deficiente na classe pode ser positiva até certo ponto, já que permite ao aluno conviver com os demais, mas essa inserção deve ser acompanhada por profissionais da saúde” ou então “É necessário capacitar os professores e oferecer recursos didáticos para atender esses alunos especiais”.

Assim, para que a escola receba os alunos com deficiência, se faz necessário que os professores estejam preparados para receber esse aluno: é importante que o professor tenha conhecimento que facilitem seu trabalho e o desempenho do aluno.

De acordo a declaração de Salamanca; Treinamento pré-profissional deveria fornecer a todos os estudantes de pedagogia de ensino primário ou secundário, orientação positiva frente à deficiência, desta forma desenvolvendo um entendimento daquilo que pode ser alcançado nas escolas através dos apoios disponíveis na localidade. O conhecimento e habilidades especiais requeridas dizem respeito principalmente à boa prática de ensino e incluem a avaliação de necessidades especiais, adaptação do currículo, utilização de tecnologia de assistência, individualização de procedimentos de ensino no sentido de abarcar uma variedade maior de habilidades, etc. Nas escolas práticas de treinamento de professores, atenção especial deveria ser dada á preparação de todos os professores para que exercitem sua autonomia e apliquem suas habilidades na educação do currículo e da instrução no sentido de atender as necessidades especiais doa alunos, bem como no sentido de colaborar com os especialistas e cooperar com os pais.

Entretanto, não è todo professor que está preparado para receber esse aluno. São raros os recursos que tem, na grade curricular, a disciplina de inclusão, então como o professor pode estar preparado para receber o aluno com deficiência. È necessário que o professor de inclusão tenha

conhecimentos para realizar um trabalho adequado com seus alunos. A formação dos professores, para atuarem na educação especial tem ocorrido somente em alguns cursos de graduação e, nos cursos específicos de Pós-Graduação, onde os professores saem preparados para atuar em classes comuns e especiais.

Os cursos de formação de poucas horas tem como objetivo formar pessoas que possam atender as demandas, tanto nas classes comuns, quanto nas classes especiais. Nesta formação, os professores saem habilitados para trabalhar com conteúdos básicos exigidos para alunos com deficiências, seja em escolas ou classes especiais.

Segundo Mazzotta formar um educador é:

... essencialmente, permitir-lhe aperfeiçoar-se, evoluir, adaptar-se às novas situações que virão a ser impostas pela civilização de amanhã (...) O educador deve estar essencialmente aberto a todos os progressos, não apenas no de pedagogia, mas também a todos os das ciências e da técnica contemporânea. A necessidade cultura geral para o educador é incontestável, e é condição fundamental para que possa progredir, (MAZZOTA, 1993, p. 34).

Quando um aluno deficiente recebe um atendimento especializado, garantindo na educação inclusiva, em que se faz uso de novas técnicas e recursos informativos, com certeza ultrapassará as barreiras que dificultam a sua aprendizagem. As aulas devem ser facilitadoras, permitindo ao aluno adaptarem-se as exigências do ensino comum.

A formação de professores para educação especial deve se adequada para que o profissional possa desenvolver práticas educativas que favoreçam a aprendizagem do aluno deficiente. Os professores de ensino regular devem ter uma formação que vise atender os princípios básicos inclusivos, ou seja que esses profissionais sejam capacitados a fim de desenvolver uma educação inclusiva, favorecendo assim, a aprendizagem dos alunos, deficiente ou não.

Monteiro, Toledo e Matsuoka 2003, p. 77, que utilizam-se de contribuições de Mantoan, 1989, p. 155 sobre o papel do professor:

O papel do professor construtivista é seguir os passos de seus alunos, no sentido de fazê-los descobrir por seus próprios meios as respostas ou

conhecimentos a que eles tem condições de acesso (...) pois, embora tenha diminuída sua ação direta na aprendizagem, ele precisa infundir nos alunos a segurança necessária para fazer com se sintam motivados a enfrentar as dificuldades escolares, buscando soluções autônomas ao resolvê-las. (MANTOAN, 1989, p.155)

Portanto, os professores da educação inclusiva devem receber cursos especializados para educação de pessoas com deficiência, focando uma das deficiências, e assim serem capacitados, o que favorece sua prática pedagógica. Portanto, caberá ao professor compreender a singularidade de cada aluno, respeitando os seus limites, ritmos de aprendizagem.

O curso de Pós-Graduação, para professores de alunos com Deficiência Intelectual, deve incluir a maneira pela qual se constrói o saber deve ter uma parte em que os professores possam aprender, na prática, nos meios de criar estratégias de estimulação da atividade cognitiva. A formação também deve incluir o planejamento, a seleção de atividades e avaliação do aproveitamento dos alunos, etapas estas que deverão ser sempre revistas e ajustadas, de acordo com a necessidade do aluno. O professor deve ter uma formação, que lhe propicie uma atuação, que possa favorecer a aprendizagem do aluno.

A autora Motta (2003, p. 43) utiliza as contribuições de Mesquida, 2000, p.81 para afirmar que: “A precisa, portanto proporcionar á criança, no decorrer do processo de aprendizagem, a participação nas mais variadas situações, a fim de que ela desenvolva suas habilidades, suas capacidades, em todos os níveis e ocasiões”.

Inserir o deficiente na escola não é apenas fazer com que ele ocupe o espaço físico, mas torná-lo um ser participante do processo de aprendizagem, e que o mesmo se aproprie do conhecimento, igualmente aos outros membros da escola, ditos “normais”.

A pessoa com Deficiência Intelectual é vista como retardada, incapaz quando na realidade ela não é, pois se estimula a aprender, a mesma aprenderá e adquirirá conhecimento. Portanto, as práticas pedagógicas

devem ser adequadas ao aluno, mas para isso o professor deverá ter uma formação que possibilite desenvolver um bom trabalho.

A realidade das pessoas com Deficiência Intelectual, restringe-se à identificação e memorização de palavras, muitas vezes, de forma descontextualizada da sua realidade.

Não se pode delimitar a capacidade da pessoa com Deficiência Intelectual, isso seria uma injustiça social, pois como foi exposto, em alguns textos, o deficiente possui habilidades que, muitas vezes, necessitam serem estimuladas. Nos dias atuais é comum vermos deficientes intelectuais que dominem o computador, que acessem a internet, isto mostra que eles são capazes de se adaptar às novas tecnologias, desde que essas sejam oferecidas a eles. Para alguns educadores não é o suporte utilizado para ensinar, mas a metodologia utilizada, pois tudo depende do tipo de interação que o professor desencadeia e estimula nos alunos.

O professor deve ter como objetivo propiciar a adaptação do deficiente intelectual na sociedade, para que possa viver efetivamente em seu meio. É preciso reestruturar a educação, de forma que esta esteja de qualidade para todos, de fato. Portanto, o professor deve se preparar para receber o aluno deficiente, mas são raros os cursos de Graduação que tenham, na sua grade curricular, a disciplina de inclusão. Isso, muitas vezes dificulta o trabalho do professor, porém é fundamental que os profissionais da educação busquem mais informação e conhecimentos, que visem o aprendizado do aluno com Deficiência Intelectual e assim possam realizar um trabalho eficiente e de qualidade.

A autora Motta (2000, p.47) utiliza as contribuições de Lima, 2000, p.42:

“A construção da escola democrática constitui assim, um projeto que não é sequer pensável sem a participação ativa de professores e alunos, mas cujo realização pressupõe a participação democrática de outros setores e exercícios da cidadania crítica de outros autores, não sendo portanto obra que possa ser edificada sem ser em co-construção.”

A autora Motta (2000, p.49) utiliza as contribuições de Mesquida, 2000, p.81

Os professores precisam propor as crianças materiais e ocasiões que lhes permitam progredir. Não se trata de deixarem as crianças fazerem o que quiserem, mas de colocá-las diante de situações que façam surgir novos problemas e de concatenar essas situações umas as outras. É preciso dirigi-las, deixando-as livres ao mesmo tempo.

Quando se fala em inclusão deve-se ter claro que, não basta apenas permitir que o aluno com Deficiência Intelectual ou quaiiência esteja no espaço escolar, mas que este deve receber atenção diferenciada por parte do educador, não no sentido de se ter um olhar preconceituoso e delimitador das competências, mas que tenha como objetivo, saber a melhor maneira de atuar junto a este aluno.

Também se deve ter clareza que, não é só responsabilidade do educador oferecer está inclusão, mas todos os que estão envolvidos no processo, ou seja pais comunidade e escola e escola. A escola de inclusão deve passar por uma reestruturação de liderança, coordenação e administração, já que estes são fatores envolvidos com o trabalho a ser realizado para o bem estar do aluno.

O educador deve ser capaz de criar diferentes ações que atendam as necessidades dos alunos, portanto a formação desses educadores deve ser constante, para que possa desenvolver ações que beneficiem o aluno que esteja no processo de inclusão. É fundamental que o professor saiba que seu papel vai além de informar os alunos, mas envolve a formação desses alunos e o preparo para viverem na sociedade, oferecendo a eles instrumentos que contribuam para o seu desenvolvimento.

Concordamos com os autores que utilizam - se contribuições de Carvalho, 1997: "Somente a escola será inclusiva se ela situar na direção do desenvolvimento pleno do ser humano". É aí abriremos as portas e podemos

dizer que cumprimos a LDB: “a finalidade da educação básica é o pleno desenvolvimento do educando.”

Todo ser humano, sem exceção, tem limites a serem superados, limites distintos, relativos às características individuais qualquer ser humano, portador de deficiência, precisa vencer desafios, superar obstáculos no decorrer de sua existência. A capacidade de aceitar ou não essa diversidade, adequando no processo de ensino aprendizagem, as condições para que essa superação se de, é determinante para que a inclusão se torne real.

A escola inclusiva deve ser a escola da diversidade e da qualidade, aceitando e valorizando a diversidade de classes sociais, de culturas, mas sobretudo, respeitando a singularidade de cada aluno.

De acordo com a UNESCO, a qualidade dos serviços educacionais para pessoas com deficiência, depende de qualidade da formação dos professores.

O trabalho com deficiente intelectual deve ser realizado em conjunto, com profissionais da educação e saúde, vendo o individuo como um todo e contribuindo para sua aprendizagem, visto que o papel dos educadores e agentes da saúde é fundamental para que o trabalho obtenha sucesso.

De acordo com os PCNS, adaptações curriculares e estratégias para a educação do aluno com necessidades especiais devem ocorrer, o currículo deve ser adaptado e apropriado às necessidades dos alunos com deficiência, sendo dinâmico, flexível e que atenda a todos educandos.

O professor deve acreditar na capacidade do aluno com Deficiência Intelectual e desenvolver estratégias oportunizadoras, utilizando vários recursos pedagógicos e tecnológicos, que sejam mediadores no processo ensino aprendizagem, disponibilizando metodologias adequadas às necessidades do aluno com essa deficiência.

É importante que o professor, ao receber um aluno com Deficiência Intelectual na sala de aula, esteja preparado e tenha informações

necessárias, para que haja uma inclusão integral e para o seu trabalho junto a esse aluno alcance resultados positivos.

2.4 PESQUISA DE CAMPO - PROPOSTA ARTICULADA

Os instrumentos utilizados para a realização da pesquisa de campo foram a observação direta e o questionário aberto;

O presente trabalho relata como foi nosso convívio escolar abordando, o tema educação inclusiva; foco deficiência intelectual e como a escola e os professores estão desenvolvendo seu trabalho.

Muitos profissionais da educação estão buscando informações e orientações para a realização das práticas educativas para ter um bom desenvolvimento com os alunos especiais, muitos afirmam que alunos com necessidades especiais não é aluno com deficiência.

Mas no decorrer da proposta articulada muitos professores questionaram:

Porque os alunos com deficiência sempre ficou na escola especial separado dos demais alunos, e agora decidiram coloca-los na mesma sala de aula?

O que eu como professor vou fazer com os alunos com deficiência em minha sala de aula, se nunca fui preparada para trabalhar com eles?

Ter alunos com necessidades educacionais especiais na sala regular não vai atrapalhar os demais alunos?

Como posso ensinar um aluno com necessidades educacionais especiais enquanto tenha dezenas de alunos sem deficiência de quem dar conta na sala de aula?

Como agir com um aluno que apresente necessidades educacionais especiais?

Como ensinar um aluno que tem dificuldade grande de abstração, que não se comunica verbalmente e fica distraído o tempo todo na aula?

No contexto escolar os que já estão cansados em sua história de vida institucional encontram-se em tal estado de desencanto que rejeitam a idéia antes mesmo de conhecê-la com profundidade, muitos professores que não pensam infelizmente na educação inclusiva, no decorrer da pesquisa de campo, os próprios professores relatam que as escolas não estão preparadas para a inclusão, tanto no sistema de ensino das escolas públicas e como nas particulares.

Muitos ainda relatam que a educação para todos, num sistema educacional inclusivo, é mais uma das loucuras criadas “lá em cima” e impostas ao professor; mais uma decisão precipitada, que logo será abandonada, mas não antes de judiar do professor e dos alunos.

Sabe-se, no entanto grande parte desse desconforto tem se revelado fruto do desconhecido do que é um sistema educacional inclusivo, do despreparo da comunidade acadêmica para o ensino na diversidade, da existência de modelos prévios na realidade brasileira, aliados as condições objetivas de funcionamento de nossas unidades escolares e salas de aula.

De acordo com os professores , a decisão política pela construção da inclusão educacional foi tomada pelas e nas instâncias político-administrativas superiores, enquanto que a responsabilidade do processo foi equivocadamente atribuída exclusivamente ao professor.

Nesses casos, constata-se ter sido atribuído, ao professor, um conjunto de ações que, na realidade, é tarefa a ser compartilhada por toda a comunidade educacional: pelos diferentes níveis da administração pública, pelos professores, pais, alunos, todos enfim, que coletivamente constituem o processo educacional, que se efetiva ultimamente no cotidiano da sala de aula.

Para a inclusão dos alunos portadores de deficiência cabe a escola preparar através de uma ação conjunta do diretor, professor, profissionais de educação infantil e/ou reabilitação. Além desta ação inicial, há a necessidade de alguns suportes para o fortalecimento da escola inclusiva, como:

- Sensibilização e treinamento dos recursos humanos da escola;
 - Modificação dos espaços físicos e dos materiais;
 - Valorização, aceitação e participação plena dos estudantes;
 - Adaptação de planejamentos e metodologia pra atender às necessidades individuais;
- necessidades individuais;
- Parceria ativa com especialistas;
 - Seleção de atividades coerentes às necessidades apresentadas;
 - Proporcionar acessos;
 - Incentivar as relações grupais.

O questionário utilizado para os professores, abordava as seguintes questões:

1. A escola está preparada e oferece estrutura para receber estas crianças?
2. O projeto da escola foi alterado para receber esta inclusão?
3. Os professores passam por uma formação especial ou recebem orientação para ter um bom desenvolvimento com estas crianças?
4. Esta criança frequenta outra instituição especializada ou somente o ensino regular?
5. Caso o aluno frequente uma instituição especializada, o professor tem algum tipo de comunicação, com os outros profissionais?
6. Esta criança desenvolve as mesmas atividades que as demais?

Além do questionário utilizado com os professores elaboramos também para os pais de um aluno deficiente intelectual com as seguintes questões:

1. Houve algum motivo particular para a escolha de uma escola particular?
2. Ao começar frequentar o ensino regular o desenvolvimento de seu filho obteve mudanças?

3. Seu filho frequenta uma instituição especializada?
4. Há uma comunicação entre o professor do ensino regular e da instituição especializada?
5. Seu filho gosta de ir a escola do ensino regular?
6. Como foi a inclusão de seu filho, vocês tiveram dificuldades de adaptação?

Através destes questionários obtivemos os seguintes resultados:

A escola escolhida para a realização da pesquisa de campo foi a Escola Novo Alvo, por se tratar de uma Escola de Educação por Princípios Cristãos, a única em Campo Limpo Paulista, pois o nosso objetivo era desenvolver uma pesquisa sobre este novo método de ensino, mas no decorrer do estágio nossa visão teve um outro foco, que foi a Deficiência Intelectual, durante a observação no estágio da proposta articulada, iniciamos com os alunos do pré III, entres estes alunos havia um especial, onde nos chamou a atenção, este aluno é um aluno com deficiência intelectual, começamos a observar o seu comportamento, individual e em grupo, o interessante e que os colegas de sala percebiam que ele tinha dificuldades e queriam ajudá-lo nas atividades, o convívio com estas crianças normais, de acordo com os professores esta inclusão estava fazendo bem para ele tanto em seu desenvolvimento escolar, como no convívio social.

Ao decorrer do estágio elaboramos um questionário aberto para os pais do aluno deficiente intelectual, abordando os assuntos sobre a escolha da escola e se estavam obtendo resultados, de acordo com os pais seu filho estava tendo um bom desenvolvimento; em relação às respostas obtidas pelos professores, está inclusão está sendo uma experiência tanto para nos professores, como para os alunos, como os próprios professores relatam a escola não estava preparada para está inclusão, mas tiveram que se adaptar, buscando orientação com outros profissionais especializados, mas relatam que os resultados obtidos até o momento são satisfatório.

Para a inclusão e muito importante a participação da família, onde muitas vezes tem dificuldades de oferecer novas oportunidades para esse filho, porque suas experiências anteriores são associadas ao fracasso e ao medo de exporem seus filhos, e não é raro determinadas atitudes negativas e inadequadas. Vária outra situação vem sendo observada nas mães de não tentar se magoar, equivocando-se do contato com esse filho diferente, interferindo no processo de desenvolvimento global e psicológico da criança.

Monteiro, Toledo e Matsuoka, (2003, p. 77) utilizando das contribuições de Blanco e Duk, 1998, p. 193 afirmam que:

“A participação dos pais das crianças deficientes no processo educacional de seus filhos pode contribuir notavelmente para o seu adequado desenvolvimento. É fundamental que colaborem nas atividades da escola, que contribuam na avaliação e no planejamento do currículo, que apoiem determinadas aprendizagens em a casa e que colaborem na observação dos processos de seus filhos. Comprometer os pais é o primeiro passo para a facilitação da integração da criança no meio familiar e para o desenvolvimento de um enfoque baseado na comunidade, o qual é de especial relevância nos países em desenvolvimento.”

Vivemos em uma sociedade com fortes características de exclusão, discriminatória e que tem encontrado bastante dificuldades de resolver os diversos problemas gerados por essa indiferença as necessidades de indivíduos portadores de deficiência. Muitas pessoas tem se mobilizado, pesquisado e escrito sobre o assunto, esclarecendo a filosofia básica que está por trás de toda fala de inclusão: “todos somos diferentes.”

Todos nós perguntamos quem é o aluno com necessidades especiais a ser inserido.

Citaremos algumas maneiras acolhedoras, que poderão propiciar a família e aluno, o fortalecimento do vínculo mãe/criança, e o início de parceria; família, escola, apoio:

- Lembre-se a sociedade ainda não se preparou para lidar com a diversidade, e mãe também não, para aprender a lidar com seu filho diferente, está em processo de aprendizagem;

- O preconceito é algo que está enraizado em nossas atitudes, palavras e ações, policiem-se, você pode estar possibilitando a família vivenciar mais uma situação de discriminação;
- Procure manter certa discrição sobre aspecto físico de pessoas com necessidades especiais, a aparência nem sempre é o melhor indicador de capacidade das pessoas, ou melhor, o universo é composto de seres diferentes;
- Tente mostrar a família que tem disponibilidade interna para lidar com a diversidade, lembre-se que você é um educador;
- Você não pode saber muito sobre a criança tem (diagnóstico), mas pode saber do que ela precisa neste momento;
- A maioria da deficiência intelectual não tem diagnóstico fechado (etiologia á esclarecer);
- Você pode e deve ser o mediador criança e aprendizagem;
- Afeto em limites e doses adequadas é importante, é necessário para a criança lidar com relações interpessoais futuras;
- Ao sentir dificuldade de lidar com a criança especial, use o bom senso e a criatividade;
- As normas disciplinares são importantes para todas as crianças (propícia segurança emocional e modelo para o convívio social);
- Se ainda não tem material específico, use o que você tem a criança pode explorar de diversas maneiras, desde que não fuja da faixa etária correspondente.
- A criança aprende brincar, a brincadeira estimulada a aprendizagem;
- Use frases curtas, divida a ações em partes para que a criança entenda e realize a solicitação;
- Mantenha em grupo, se houver tendência ao isolamento;
- Ela também, pode ficar triste, alegre, ou com raiva (sentimentos inerentes a qualquer ser humano);
- Não acentue a sua dificuldade, procure sempre um pré requisito para o próximo passo de uma aquisição no processo de desenvolvimento;

- Se você è um profissional consciente do que faz, poderá incluir uma criança especial na sua escola desde que propicie ganhos significativos para a mesma.
- A freqüência da criança no ensino regular não invalida a freqüência no atendimento especializado (apoios) sendo que a freqüência e a intensidade desse apoio devem ir de encontro as reais necessidades de cada criança.

Considerações finais

Sabemos que a Deficiência Intelectual é um processo e não um diagnóstico fechado, pois, o sujeito possui um desenvolvimento cognitivo que é diferenciado das crianças “normais”, mas, ele não é um cidadão de “menor valor”.

Ao termino dos trabalhos concluímos que, se faz necessário uma conscientização geral do valor do ser humano, seja ele deficiente ou não, bem como, a convicção de que a educação é um direito de todos, principalmente daqueles com maiores dificuldades para integrar-se em seu processo. E necessário que todos compreendam que, somente através de uma educação de qualidade o aluno com Deficiência intelectual poderá superar suas deficiências e integrar-se, socialmente e profissionalmente, sentindo-se útil e aceito.

Percebemos a importância de incluir o Deficiente Intelectual no sistema regular de ensino, propiciando-lhe uma qualidade de vida com deveres e direitos iguais.

O processo de aprendizagem da criança com Deficiência Intelectual é lento, ela tem seu próprio ritmo, portanto, o educador deve se doar muito para que ela aprenda e construa sua autonomia, alcançando um desenvolvimento real. Para que isso ocorra, de fato, não poderíamos deixar de citar o papel da família, junto à escola.

O trabalho do educador, dentro da escola, não deve ser isolado, mas, deve atuar em conjunto, de forma integrada com todos os profissionais envolvidos com o Deficiente Intelectual, buscando beneficiá-lo, acreditando nas potencialidades desse aluno. Deve desenvolver um trabalho com estratégias oportunizadoras, fazendo uso de recursos pedagógicos e tecnológicos, sendo flexível e mediador no processo de ensino-aprendizagem, refletindo sua prática e aperfeiçoando-se, constantemente.

A cada dia observamos que, nas salas de aulas inclusivas, as crianças se ajudam, pois, passam a aceitar com naturalidade todas as diferenças existentes entre os alunos, porém, não podemos deixar de lado a

importância do apoio do professor, para com o aluno deficiente. Só assim será possível ocorrer uma aprendizagem efetiva e significativa, por meio da colaboração de todos.

O novo modelo do trabalhador, desta nova era, aponta para um ser grandioso, criativo e irreverente, que assuma a função de construtor do seu destino, preocupado e consciente com o seu papel social. Devemos refletir sobre o nosso papel e a atuação perante o portador de deficiência, quando limitamos suas ações, por não acreditar em seu real potencial, por achar que enquanto seres normais e capazes, detentores do saber e da vivência tem o domínio para fazer, pensar e decidir por eles.

O mundo está mudando, as pessoas estão mudando e nós profissionais estamos acompanhando estas mudanças verdadeiramente? Saindo da posição de conforto e revendo a nossa prática?

Sabemos que tudo que é novo gera medo, insegurança, insatisfação pessoal e/ou profissional. “É necessário refletir, mudar nossa prática e rever nossa postura, enfrentar resistência e medos para acompanharmos a realidade e não sermos meros espectadores. O mundo nos mostra novos caminhos e nos assusta, porém nos faz acordar perante novas tendências”.

Concluimos, portanto, que todos somos seres singulares e aprendemos, realmente, quando somos estimulados, independentemente de termos ou não, uma Deficiência Intelectual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIRILIAN, M.L.T.M (1986) “Psicologia do Excepcional” VL. 8, SP, Editora Pedagógica e Universitária Ltda.

Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação; Lei nº9.394, 20/12/1996.

Declaração de Salamanca: *Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área Das Necessidades Educativas Especiais, 1994.*

DE CARLO, M.M.R.D.P (1999) “ Se essa casa fosse nossa...” 1ª Ed, SP, Plexus Editora.

INSTITUTO APAE. *Fundamentos Biopsicosociais da Deficiência Mental*, Módulo I: Curso de Extensão na Área da Deficiência Mental, Enfoque em Educação Inclusiva, São Paulo, Abril, 2003.

INSTITUTO APAE. *Educação Inclusiva e Processos de Ensino - Aprendizagem da Pessoa com Deficiência Mental*, Módulo III: Curso de Extensão na Área da Deficiência Mental, Enfoque em Educação Inclusiva, São Paulo, Abril, 2003.

INSTITUTO APAE. *Educação Profissional da Pessoa com Deficiência Mental no Mundo do Trabalho*, Módulo IV: Curso de Aperfeiçoamento em Deficiência Mental, e Educação Inclusiva, São Paulo, Setembro, 2003.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. *Educação Especial no Brasil: Histórias e Políticas Públicas. 5.ed São Paulo: Cortez, 2005.*

Proença, Iva Folino, *Inclusão começa em casa: Um diário de mãe.* São Paulo: Agora, 2005.

Projeto Escola Viva - *Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos da escola, alunos com necessidades educacionais especiais*, Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial, C327, 2000.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. *Inclusão: Um guia para educadores*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

